

Relatório do Seminário

Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções

Cuiabá – Mato Grosso, dias 06-07 de junho de 2011

Organização: ICV, SEMA-MT, CIPEM

Apoio: FIEMT, IBAMA e ClimateWorks Foundation

Sistematização e confecção do relatório: Marcelo Marquesini

Revisão: Laurent Micol

Apoio:

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	PROGRAMAÇÃO	4
3	APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES	5
3.1	Abertura	5
3.2	Apresentações.....	5
	SEMA	5
	IBAMA	6
	DPF	7
	CIPEM	8
	IMAZON.....	9
	POLICIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	10
3.3	Principais pontos abordados nas apresentações e no debate	11
3.4	Propostas dos grupos de trabalho apresentadas em plenária.....	13
	Grupo 1 - Monitoramento da exploração florestal.....	13
	Grupo 2 - Operação e Gestão do sistema de informações.....	14
	Grupo 3 - Transparência e integração dos sistemas Sisflora e DOF	16
4	CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS GERAIS	17
5	CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS DOS ORGANIZADORES.....	18
6	ANEXOS	21
6.1	Siglas.....	21
6.2	Lista de participantes	22

1 INTRODUÇÃO

O processo de descentralização da gestão florestal na Amazônia conduzido pelo Governo Federal a partir de 2006 fez os estados assumirem as principais atribuições de monitoramento e controle do manejo florestal e movimentação de produtos florestais de origem nativa. O estado do Mato Grosso que já tinha uma política própria e realizava, por exemplo, a emissão de autorizações de desmatamento, passou a incorporar em seu sistema de licenciamento ambiental de propriedades rurais a aprovação de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Novas estruturas para a gestão florestal foram desenvolvidas, incluindo a reorganização do órgão ambiental e a implantação do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora), integrado ao Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (CC-SEMA). Posteriormente foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam).

Em estudo lançado em 2010 o Serviço Florestal Brasileiro e o Imazon revelaram que o volume total de toras e madeira processada caiu em cerca de 50% no estado desde 2004, acompanhando a forte redução do desmatamento. Por outro lado, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT) o número e a área dos PMFS cresceram fortemente atingindo em torno de 2,5 milhões de hectares e cerca de 1.200 autorizações de exploração em operação no sistema em 2011.

No entanto, o monitoramento em campo e por sensoriamento remoto da exploração e manejo florestal ainda está muito aquém do necessário. Aliado a fiscalização deficiente isso vem permitindo a continuidade da exploração ilegal de florestas através de corte seletivo em áreas não autorizadas, estimada em cerca de 40% da área total explorada em 2008-2009. Também persiste a qualidade insuficiente do manejo florestal executado na maior parte dos planos autorizados, entre outros problemas.

Os novos sistemas criados permitem rastrear ilegalidades cometidas pelo setor ou mesmo por funcionários e operadores terceirizados. Mas eles ainda não gozam da plena confiança das autoridades federais e da sociedade. O sistema Sisflora, responsável pelo controle do fluxo de madeira e seu gerenciamento ainda é vulnerável a fraudes e falhas. Este fato permite a existência de "créditos falsos" no sistema e o surgimento de um mercado ilegal de venda desses créditos. Tal vulnerabilidade levou a gestão florestal estadual ser objeto de várias operações policiais e de fiscalização nos últimos anos.

Nesse contexto, existe um consenso entre o governo de estado, as entidades do setor de base florestal, o governo federal e as organizações da sociedade civil que é prioritário resolver as falhas que ainda existem no monitoramento e controle florestal em Mato Grosso. Tal consenso permitiu reunir nesse Seminário uma ampla gama de instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Ao longo de dois dias, um grupo de 60 pessoas pertencentes a 21 instituições com atuação relevante no tema discutiram com o objetivo de nivelar informações, fazer um balanço dos instrumentos de gestão florestal em Mato Grosso e em outros estados, identificar os problemas existentes e propor soluções para reduzir as vulnerabilidades e fortalecer o sistema.

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

2 PROGRAMAÇÃO

06/junho

Período	Bloco	Palestra	Responsável
14:00 às 14h15	Abertura	Alexander Maia - Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso Ramiro Martins Costa - Superintendente do IBAMA em Mato Grosso Laurent Micol - Coordenador executivo do Instituto Centro de Vida - ICV Álvaro Leite - Diretor executivo do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso - CIPEM	
14:15 às 16:00	O estado da arte do sistema de monitoramento e controle florestal	Sisflora, CC-SEMA, Simlam e instrumentos de monitoramento da exploração florestal	Júlio Bacheга, Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas da SEMA-MT Paulo Renó, Coordenador do CC-SEMA Thyago Kaiser, Tecnomapas
		O DOF e o sistema de controle federal	Carlos Fabiano Rozindo Cardoso, Coordenador Geral de Autorização de Uso da Flora e Florestas, IBAMA-Sede
16:30 às 18:00	Fragilidades e desafios do sistema de monitoramento e controle florestal	Transparência do Manejo Florestal no Mato Grosso	André Monteiro - Pesquisador do Imazon
		Os desafios da integração do controle florestal	Marcos Diniz - Capitão da Polícia Ambiental de São Paulo
		Fragilidades no sistema e recomendações à SEMA-MT	Wilson Rodrigues - Delegado da Polícia Federal
		A busca da legalidade no setor e as falhas no sistema	Vanderlei Nunes, CIPEM

07 de junho

Período	Bloco	Atividade
8:30 às 10:00	Debate em plenária	Apresentação e discussão do diagnóstico das Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do sistema
10:30 às 12:00	Trabalhos em grupo sobre os problemas identificados e proposição de soluções	Grupos: - Monitoramento da exploração florestal - Operação e gestão do sistema de informações - Transparência e integração entre sistemas Sisflora e DOF
14:00 as 17:00	Síntese e conclusões	- Apresentação e discussão dos resultados dos grupos - Síntese das principais propostas - Agenda de prioridades para o fortalecimento do sistema

3 APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

3.1 Abertura

Inicialmente, César Mason, representando o Presidente do CIPEM, deu as boas-vindas aos participantes, afirmando o compromisso do setor de base florestal do estado com a busca da legalidade, conjuntamente com os órgãos ambientais.

Na sequência, o Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso Alexander Maia abriu o seminário destacando os avanços na gestão florestal no estado. Deu ênfase à política de construção de parcerias conduzida pela SEMA com outros órgãos públicos, principalmente os órgãos federais, e a transparência das informações para a sociedade. Apesar dos avanços reconheceu a incapacidade ainda de atuar de maneira mais preventiva nas áreas desmatadas e reconheceu que são necessárias várias medidas para melhorar os sistemas Sisflora e Simlam para evitar as ilegalidades existentes. Afirmou que a SEMA atuará de forma mais rígida com as queimadas em 2011 e reforçou a importância de melhorias na condução dos processos de crime ambiental pelo judiciário. Finalizou afirmando que a imensa maioria dos cidadãos Mato-grossenses são pessoas de bem e não podem ser penalizadas por poucos que ainda insistem em trabalhar na ilegalidade.

Laurent Micol, Coordenador executivo do ICV explicou o objetivo do evento e seu formato. Observou que atualmente existe um entendimento comum entre governos e sociedade de que todos devem trabalhar pela legalidade. O seminário seria a oportunidade de discutir as vulnerabilidades ainda existentes nos sistemas e na gestão, desde a autorização e exploração do manejo florestal até o transporte final da madeira e seus produtos. Destacou também a importância de melhorar a integração entre os sistemas estadual e federal, sendo um dos tópicos a serem abordados no seminário.

3.2 Apresentações

SEMA

O Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas Júlio Cesar Bacheга iniciou sua apresentação com alguns grandes números da gestão florestal exercida pela SEMA. O estado possui uma área de 93 milhões de hectares, sendo cerca de 70 milhões (78% da área total) passíveis de licenciamento. A SEMA já possui 34,1 milhões de hectares com áreas cadastradas, sendo 7.300 propriedades com Licença Ambiental Única - LAU (cerca de 19 milhões de hectares) e 10.691 com Cadastro Ambiental Rural (cerca de 15 milhões de hectares). Segundo o INCRA, existem cerca de 140 mil propriedades no estado. Até o mês de maio de 2011 havia uma área total de manejo florestal de 2,5 milhões de hectares sendo 1,4 milhões de hectares em Unidades de Produção anual (UPAs). Havia sido emitidas em torno de 1,4 milhões de Guias Florestais - GFs para transporte de madeira num valor de 10 milhões de reais (ver tabela a seguir).

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Número de Autex (PEF)	154	132	51	29	36	8	410
Número de Autex (PMFS)	283	189	284	244	164	56	1.220
Volume (PEF)	1.385.845	1.127.256	424.682	361.963	560.408	108.002	3.968.157
Volume (PMFS)	3.227.456	3.425.616	6.502.784	5.139.205	3.408.215	1.297.036	23.000.311
Volume Total	4.613.300	4.552.872	6.927.466	5.501.441	3.968.623	1.405.038	26.968.741

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

O Secretário deu ênfase à necessidade de aprimorar o monitoramento e fiscalização dos Planos de Exploração Florestal (PEFs), destinados à extração de madeira em áreas autorizadas para desmatamento. O inventário florestal amostral nos PEFs - entre outros fatores - seria uma brecha para gerar créditos falsos de volume de madeira autorizada para corte ou transporte. Entre 2006 e 2011 foram emitidas 410 autorizações de PEFs, equivalentes a 3,9 milhões de metros cúbicos de madeira para corte e transporte.

Admitiu que a base de dados de coordenadas geográficas da SEMA tem problemas. Muitas LAUs têm deslocamento de área de até 100 metros da posição real em campo. Conseqüentemente, alguns PMFS estão fora do lugar exato gerando problemas no monitoramento e na penalização no caso de infrações. A SEMA passou a exigir a revisão da LAU em casos de deslocamentos superiores a 10 metros para corrigir essas falhas.

Bachega afirmou que ainda não existe a integração total de produtos entre Sisflora e DOF. Afirmou que o DOF já pode ler o Sisflora porém que o IBAMA deixou de procurar evoluir para a integração. De toda forma é necessário trabalhar para a integração total. Os técnicos Paulo Renó e Thyago Kaiser apresentaram como funcionam os sistemas Sisflora e CC-SEMA, chamando a atenção para os elementos técnicos e de gestão da segurança da informação. Atualmente a segurança de dados estaria no mesmo nível da utilizada em bancos.

O Secretário citou um tipo básico de fraude detectado: o responsável técnico informa a volumetria da área seguindo a legislação atual, que permite cortar no máximo 30 metros cúbicos de madeira por hectare. Mas ele subestima o volume real de cada indivíduo, incluindo mais árvores para alcançar o volume máximo permitido. Quando a fiscalização vai na área pós-corte observa que as árvores foram cortadas conforme previsto, mas não pode verificar que as árvores retiradas tinham mais volume de madeira. O madeireiro se beneficia na indústria para “esquentar” o volume maior de madeira que saiu da área autorizada, por meio do índice de conversão de madeira em tora para madeira serrada. A região Noroeste teria muito problema desse tipo, nos índices de conversão de madeira. Ressaltou que o setor não quer “cortar na carne” e apontar onde estão e quem são os problemas.

Álvaro Leite, do CIPEM, rebateu a crítica dizendo que o CIPEM trabalha mais na conscientização da necessidade de trabalhar com matéria prima de origem legal, porém não tem poder de polícia e não lhe cabe apontar quem é ilegal, pois é função exclusiva do Estado. Afirmou que é necessário também fazer um trabalho de monitoramento e fiscalização preventivos e valorizar mais a produção de origem legal.

O Secretário finalizou explicando que ainda está analisando os 165 casos de Autex apontados como irregularidades em relatório entregue pelo Imazon. Afirmou que o Imazon poderia ter aguardado os resultados dessa análise para publicar seu boletim sobre o manejo florestal no estado e que pretende responsabilizar quem cometeu o erro. Também se comprometeu em liberar o acesso aos sistemas para a Polícia Ambiental do estado de São Paulo.

Por fim, Greenpeace, Imazon e Ministério Público Federal comunicaram a funcionários da SEMA que as organizações não têm mais acesso ao Simlam Gerencial desde janeiro de 2011.

IBAMA

Carlos Fabiano Cardoso, Coordenador Geral de Autorização de Uso da Flora e Florestas do IBAMA - Sede apresentou o funcionamento do sistema DOF - Documento de Origem Florestal que integra

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

o licenciamento com o transporte de produtos florestais. Atualmente todos os estados estão integrados – citou o exemplo de Minas Gerais que utiliza o sistema SIAM e está mais voltado ao transporte de carvão.

Apresentou vários pontos fortes do sistema DOF como: (i) a integração com os demais estados e seus sistemas para fins de oferta e aceite de forma automatizada; (ii) a maior agilidade no processamento de dados, através de sistema informatizado com base de dados centralizada; (iii) a responsabilidade do usuário pela emissão, uso e informações declaradas ao órgão ambiental; (iv) a possibilidade de escolher o nome comum relativo à espécie que melhor se adéque à necessidade do comprador no momento da emissão do DOF; (v) a possibilidade de executar a alteração de índices de conversão volumétrica de acordo com a realidade da empresa; (vi) a segurança do banco de dados do sistema; e (vii) a responsabilidade do IBAMA, não havendo custo de emissão do DOF para o usuário e nem para o Estado que adota o sistema.

No caso de Mato Grosso, admitiu que a integração ainda não é total. Não esclareceu o porquê não existe a integração até hoje e sugeriu que os Ministérios Públicos Federal e Estadual acompanhem isso. Ressaltou que é preciso viabilizar urgentemente a possibilidade de acompanhamento no DOF da movimentação intra-estadual, especialmente no caso de Mato Grosso e do Pará. Relatou ter ouvido muito, nos fóruns internacionais sobre REDD, sobre a importância de acompanhar a movimentação da madeira dentro dos estados e ressaltou que considera simples conseguir com a SEMA a integração total. Também reconheceu os grandes avanços do Sisflora desde a sua criação.

Colocou como desafios a necessidade de: i) padronizar e integrar informações do documento de transporte com os documentos estaduais; ii) garantir confiabilidade ao trabalho de fiscalização; iii) atrelar o controle florestal ao controle fiscal; iv) manter um cadastro integrado dos consumidores; v) adaptar o sistema DOF às especificidades regionais; e vi) viabilizar a possibilidade de localizar pátios e autorizações de exploração nos estados que não utilizam o DOF.

Confirmou que no início do sistema DOF o lançamento de dados inicial de volume de madeira das empresas foi auto-declaratório e, caso precisasse, bloqueava-se o sistema. Varias empresas ainda estariam sob investigação ou responderiam na justiça por causa de declarações falsas.

IBAMA está construindo o sistema LAF - Licença Ambiental de Acesso a Recursos Florestais. Este sistema integrará as autorizações de exploração com o DOF e os dados de sensoriamento remoto, substituindo o antigo Sisprof e será disponibilizado a todos os estados.

Carlos Fabiano concluiu afirmando: “não queremos ter essa impressão de dois balcões, temos que aprimorar isso com a SEMA. E no monitoramento precisamos ser mais técnicos do que policiais”.

DPF

O delegado Wilson Rodrigues da Polícia Federal representando o superintendente do DPF no estado do Mato Grosso entregou um documento oficial ao secretário de Meio ambiente que aponta falhas nos sistemas da SEMA. Tais falhas têm sido utilizadas para legalizar madeira extraída ilegalmente. Peritos do órgão chegaram nestas constatações durante as análises técnicas ocorridas nas operações Jurupari e outras.

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

Em sua fala, o delegado destacou que são as Guias de Transporte Florestal (GFs) e a movimentação de madeira no sistema Sisflora que mostram indícios sobre a existência de problemas em um plano de manejo florestal e listou os principais pontos do documento:

- Existem Planos de Manejo Florestal e Planos de Exploração Florestal que acobertam estoques de madeira com saldos fictícios. As fraudes detectadas no Sisflora foram tão fortes e evidentes que alguns responsáveis estão presos até hoje;
- A integração dos sistemas Sisflora e DOF não é 100%. Exemplo: áreas embargadas ou autuadas pelo IBAMA deveriam ser imediatamente suspensas no Simlam e Sisflora e somente depois da regularização no IBAMA, a área seria liberada nos sistemas;
- Existem casos de Guias Florestais (GFs) falsas de transporte de madeira com veículos de transporte declarados que não são caminhões. Isso é possível porque o sistema Sisflora não é integrado com DETRAN;
- Algumas GFs têm prazo de validade muito longo, verificaram algumas com até 20 dias, o que abre a possibilidade de usar a mesma GF para diferentes carregamentos;
- Existem GFs com carregamentos distantes mais de 250 km entre floresta e serraria, o que não é viável economicamente, ou com rotas improváveis. Por outro lado existem GFs com 100 metros de distancia, certamente trocadas entre madeiras vizinhas para acobertar madeira ilegal no pátio antes de uma fiscalização. DPF sugere a adoção de limites de quilometragem.
- O sistema Sisflora permite fazer ajustes na volumetria declarada no inventário. Tal procedimento é uma fonte de geração de volume falso de crédito de madeira para exploração ou transporte;
- É suspeita a prática de zerar o saldo de volume de madeira autorizado para corte obtido no inventário florestal de um plano de manejo com o volume realmente conseguido na exploração da floresta. Em tese não existiria essa possibilidade, pois muitas árvores têm ocos, outras quebram ou lascam no ato do corte, etc. Tais casos devem ser investigados.
- Ocorre a subvalorização do valor monetário real da madeira com o objetivo de sonegar impostos, o que deve ser corrigido com uma melhor integração entre o Sisflora e o sistema de controle fiscal.
- É suspeita a emissão de várias GFs seguidas com volumes exatamente idênticos, impossíveis de serem obtidas na prática no nível de duas casas decimais. O sistema deveria gerar alertas, pois isso tende a ser uma prática de acobertar madeira ilegal em pátio na iminência de uma fiscalização.

CIPEM

Vanderlei Nunes, representando o CIPEM, elogiou o Sisflora, afirmando que não existe um sistema tão operacional quanto esse. Citou em comparação o antigo Sismad, sistema adotado pelo IBAMA até meados de 2006 que utilizava a Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), que era extremamente problemático. Dentre os vários pontos positivos do Sisflora para o setor madeireiro enfatizou: i) a possibilidade de controlar toda a cadeia, incluindo diversos produtos acabados; ii) o controle online e em tempo real; e iii) o controle de estoque de madeira da empresa, o que garante segurança ao empresário.

**Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011**

Contudo, Vanderlei ressaltou que o Sisflora é pesado – para emitir uma GF é preciso carregar sete páginas na internet. Isso seria um limitante e precisaria ser melhorado. Quando acontecem problemas o suporte do Sisflora é só no horário comercial. E a tendência é que cada vez mais a comunicação de dados fique mais difícil, já que o banco de dados cresce a cada dia.

Disse que a comunicação entre SEMA e IBAMA algumas vezes é falha e não há 100% de integração entre os sistemas. Um exemplo é o envio de GF para um destinatário que trabalha com DOF. Em certos casos o comprador da madeira não consegue ler o DOF do vendedor (que opera no Sisflora), fato que gera transtornos. Dentro do Sisflora existe um leque maior de produtos. Quando vai para exportação no DOF, não tem o equivalente para alguns produtos. Criticou que há cinco anos o setor escuta que os órgãos estão integrando a nomenclatura de espécies florestais, e que o problema continua acontecendo. Há vários casos em que o nome da madeira serrada aqui é um e lá em São Paulo, por exemplo, é outro. Em março de 2011 começaram a operar com o DOF exportação o que economizou uma etapa. Mas o caminho da integração exigiria discutir: porque tratar a GF dentro de uma segunda base (DOF), se ela é que é a válida no estado? O excesso e até mesmo a duplicidade de processos em dois órgãos diferentes penaliza o setor.

Vanderlei relatou que em certos locais, o caminhão de transporte de toras pode levar de 5 a 12 dias para chegar ao local de destino por causa das condições precárias das estradas. Tal afirmação foi uma resposta às críticas de permitir que uma GF tenha um prazo de validade tão estendido, permitindo que fraudes aconteçam como o uso da mesma GF várias vezes para acobertar cargas ilegais.

Questionado se a primeira iniciativa de trabalhar pela legalização não deveria vir do setor, afirmou que parte deste setor iniciou um processo de re-educação depois da criação do CIPEM. A ilegalidade não viria somente do setor, mas também dos proprietários rurais. Finalizando, disse crer que somente 10% do setor esteja envolvido com ilegalidades e citou o exemplo de compradores em São Paulo que querem a madeira no preço e do jeito tal, não se importando se é legal ou legalizada (esquentada). “O sistema tem brecha, ainda chega madeira sem documento em São Paulo”, afirmou.

O CIPEM deixou a provocação-sugestão: “porque não fiscalizar somente o primeiro elo da cadeia, focando no manejo e exploração florestal e eliminar guia de transporte para madeira serrada?”

IMAZON

O pesquisador André Monteiro do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) apresentou os principais resultados da publicação Transparência Manejo Florestal do Mato Grosso. O boletim avalia a situação da exploração madeireira no estado entre 2006 e 2009. Os dados foram fornecidos pela própria SEMA por meio de cooperação técnica entre as instituições. A publicação pode ser obtida na íntegra no site do Imazon na internet.

A análise das Autorizações de Exploração Florestal (Autex) emitidas pela SEMA em 2009 revelou que a grande maioria (82%) delas estava regular, enquanto 18% apresentavam inconsistências, tais como: i) plano de manejo autorizado em área desmatada; ii) manejo autorizado em área já explorada; iii) área autorizada maior que a área do manejo florestal; iv) crédito de madeira comercializado maior que o autorizado; e v) crédito de madeira autorizado sem o plano de manejo. Dos anos avaliados, 2008 foi o que apresentou a maior proporção de Autex com irregularidades.

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

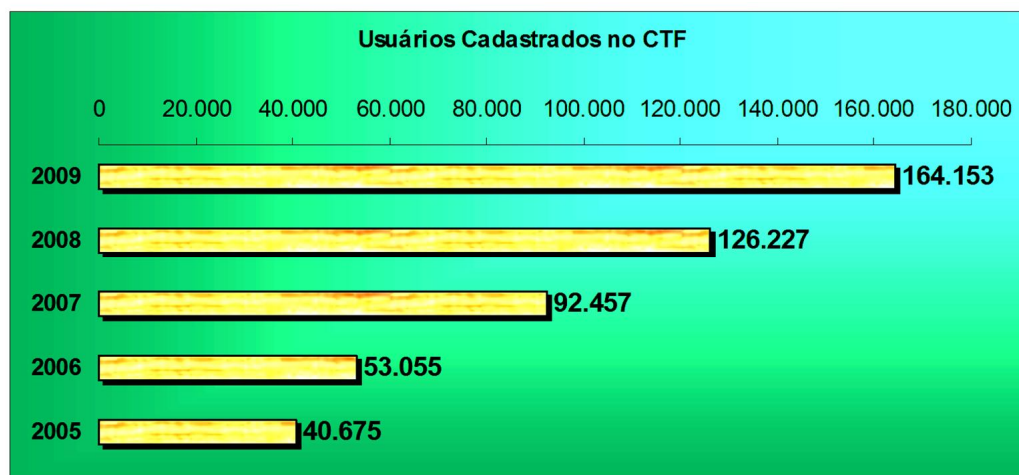
A avaliação também consistiu na estimativa da área explorada de forma legal (autorizada) e ilegal (não autorizada) de agosto de 2007 a julho de 2009, usando imagens NDFI originadas de imagens Landsat. Os resultados revelam que dos 460.134 hectares de florestas explorados no período estudado, 61% (280.979 hectares) foram autorizados pela SEMA contra 39% (179.155 hectares) não autorizados. Da exploração ilegal, a grande maioria (93%) ocorreu em áreas privadas, devolutas ou sob disputa; outros 6% ocorreram em Áreas Protegidas e 1% ocorreu em assentamentos de reforma agrária.

A maioria (72%) da exploração observada em áreas não autorizadas entre agosto de 2008 a julho de 2009 ocorreu em 10 municípios. Marcelândia foi o município com maior área de exploração não autorizada (6.185 ha), seguido de Nova Maringá, Aripuanã, Juara, Itanhangá, Porto dos Gaúchos, Juína, Feliz Natal e Brasnorte. Os 28% restantes distribuíram-se de maneira mais esparsa entre outros 32 municípios. No mesmo período a exploração ilegal de madeira atingiu 7.624 hectares em Terras Indígenas (TI). A TI Zoró, situada no município de Rondolândia, apresentou a maior área explorada ilegalmente (41% do total), seguida das TI Aripuanã, com 21% (Aripuanã e Juína); TI Irantxe, com 11% (Brasnorte); TI Arara do Rio Branco, com 11% (Colniza e Aripuanã) e TI Parque do Aripuanã, com 8% (Juína).

Usando imagens NDFI na avaliação da qualidade da execução do manejo florestal no Estado entre agosto de 2007 a julho de 2009 concluíram que a exploração de boa qualidade aumentou apenas 8% (mil hectares) entre 2007/2008 e 2008/2009, enquanto ocorreram aumentos expressivos de 35% na exploração de qualidade intermediária (32.000 hectares) e 59% na de baixa qualidade (44.000 hectares). As análises das imagens de satélite de 2009 revelaram que em 99% das áreas de manejo florestal avaliadas nos períodos do estudo a floresta foi mantida, enquanto em apenas 1% dessas áreas ocorreu desmatamento (corte raso).

POLICIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Capitão Marcos Alves Diniz do Comando do Policiamento Ambiental da Polícia Militar do estado de São Paulo apresentou as perspectivas da fiscalização no maior estado consumidor de madeira Amazônica. Explicou que já foram feitas visitas nos estados do Amapá, Acre e Pará e que esta era a primeira vez em Mato Grosso. Afirmou que o sistema de controle evoluiu e que muitas empresas que antes não existiam para o monitoramento tiveram que entrar no Cadastro Técnico Federal e no sistema DOF (ver quadro apresentado a seguir).



**Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011**

Mas a pergunta é: “parte das empresas está entrando no sistema para se legalizar ou para poder legalizar o ilegal?”

Com quatro batalhões e um contingente de 2.400 policiais distribuídos em 114 sedes, eles tem se concentrado na fiscalização do transporte de produtos e subprodutos florestais por meio de bloqueios em rodovias de acesso ao estado, checagem na Internet dos documentos eletrônicos e fiscalização de rotina. Nos pátios das empresas tem realizado a fiscalização sistemática de estoque e a identificação de espécies por anatomia macroscópica.

Em São Paulo a fiscalização tem encontrado várias dificuldades, dentre elas destacam-se: o acesso aos sistemas eletrônicos de controle e à internet (quando em campo); obtenção de login e senha para acesso aos sistemas; identificação das espécies e padronização do método de identificação para todos os atores na cadeia de custódia; a falta de padronização da nomenclatura técnica/científica das espécies.

Enfatizou a necessidade de unificar as linguagens entre os órgãos. Exemplificou descrevendo algumas operações em pátios de empresas onde descobriram através de identificação anatômica que as madeiras não eram aquelas descritas nos documentos: “usamos pesquisadores e muitas vezes a madeira vem autorizada por identificadores botânicos... terceiros de boa fé compram essa madeira e daí, como estes terceiros ficam?”

Depois de quatro anos em operação a Polícia Ambiental tem se perguntado se os sistemas eletrônicos são eficientes no controle da cadeia de custódia da madeira e se atendem as necessidades da fiscalização quer seja em trânsito ou em pátios de armazenamento. A sensação em São Paulo é que o sistema DOF “era um herói e acabou virando um vilão”, pois além dos ajustes necessários e melhorias nos sistemas a madeira ilegal estaria sendo legalizada dentro dos sistemas (inclui Sisflora e outros) e não há o que possa ser feito no destino final da madeira.

Finalizou apresentando resultados de testes com um sistema de rastreamento de cargas usado em veículos de transporte. O sistema é baseado em equipamentos que emitem sinal de satélite a cada 15 minutos, permitindo a visualização na Web e a criação de “cercas digitais” para fiscalização. Segundo o Capitão isso facilitaria o mapeamento de áreas protegidas, Planos de Manejo e outras áreas de interesse. Citou exemplos como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras e o rastreamento de Viaturas da Polícia Rodoviária Federal

Em resposta à pergunta da plenária comunicou que não conseguem enxergar o Sisflora em tempo real durante as inspeções de campo.

O Inspetor Adão da Guia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF relatou que tem sido comum o transporte de guias duplicadas em madeira serrada, menos comum em tora. E que a falta de pessoal é crônica para fiscalização do transporte rodoviário no estado do Mato Grosso.

As apresentações realizadas pelos palestrantes estão disponíveis no site do ICV na internet.

3.3 Principais pontos abordados nas apresentações e no debate

As apresentações e os debates que as seguiram apontaram vários elementos de diagnóstico do sistema de monitoramento e controle florestal de Mato Grosso. Esses elementos foram sistematizados em principais pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças, que foram validados em plenária.

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

Pontos fortes

- Atualmente existe um processo de construção de parcerias e integração entre Instituições Federais e a SEMA;
- Existe transparência das informações para consulta de outros órgãos, Ministério Público e sociedade através da Internet (Sisflora e DOF);
- DOF e Sisflora se tornaram mais robustos desde seu lançamento;
- Mato Grosso é o estado Amazônico que mais investiu e avançou na gestão florestal;
- O nível de segurança da informação do Sisflora aumentou e se equipara a segurança de bancos;
- O Sisflora permite o controle de estoque nas empresas.

Fragilidades

- O controle na origem da madeira é frágil; a exploração de florestas fora de áreas autorizadas ainda é grande, e os PEFs são uma fonte de geração de créditos fictícios de madeira no sistema;
- A madeira produzida ilegalmente é esquentada no sistema: existem várias possibilidades de fraude (exemplos dados por instituições DPF, DPRF, SEMA e Imazon), e uma vez a madeira serrada e documentada no sistema, não há polícia ou perito que diferencie o legal do ilegal;
- Falta integração completa entre DOF e SISFLORA;
- Problemas gerais: (i) falta de recursos humanos qualificados e recursos financeiros para melhorar monitoramento; (ii) retificação de Autex e GFs como fonte de fraudes; (iii) deslocamento de LAUs e PMFS; (iv) Sisflora pesado perante velocidade de internet em alguns locais.

Ameaças

- A qualidade da maioria dos planos de manejo florestal executados no estado ainda é baixa, e foi observado um crescimento dessa proporção entre 2007 e 2009;
- A exploração de madeira em Terras Indígenas é crescente e preocupante no MT;
- A falta de integração plena entre vários órgãos responsáveis (SEMA, SEFAZ, IBAMA, DETRAN etc.) continua permitindo fraudes nos sistemas.

Oportunidades

- Controlar 200 planos de manejo é mais fácil do que milhares de madeireiras – atualmente existem muitas ferramentas possíveis para isso;
- Os sistemas Simlam e Sisflora podem ser melhorados para evitar fraudes, aprimorando o rastreamento da comercialização da madeira;
- As áreas e propriedades são cada vez mais conhecidas: aumento de CAR e LAU (crescimento em 11% da área cadastrada em 2010, sendo que em anos anteriores era de 1-2% ao ano);
- Existem possibilidades de inovação tecnológica: rastreamento da madeira e/ou nos veículos de transporte utilizando chips monitorados por satélite;
- É possível fortalecer o monitoramento e melhorar as práticas da exploração florestal a partir de iniciativas de municípios verdes – ex. Paragominas/PA e Cotriguaçu/MT;
- Pode-se conceber um sistema de controle focado na floresta e no primeiro elo da cadeia de produção (tora), com controle de produtos industrializados só por documento fiscal;
- Existe grupo muito relevante de instituições disponíveis para acompanhar as mudanças necessárias no estado;
- O comitê gestor do sistema DOF foi reinstaurado recentemente, sendo o fórum adequado para discutir e propor aprimoramentos na legislação federal ou Resoluções do CONAMA, entre outros.

3.4 Propostas dos grupos de trabalho apresentadas em plenária

Com base no diagnóstico resumido acima, foram formados três grupos de trabalho temáticos para desenvolverem propostas de soluções aos problemas ou desafios identificados. Os temas dos grupos foram:

- Grupo 1: Monitoramento da exploração florestal;
- Grupo 2: Operação e Gestão do sistema de informações;
- Grupo 3: Transparência e integração dos sistemas Sisflora e DOF.

As propostas elaboradas pelos três grupos foram apresentadas, discutidas e validadas em plenária, e sistematizadas conforme segue.

Grupo 1 - Monitoramento da exploração florestal

O grupo buscou propor soluções aos fatores que geram a exploração florestal ilegal, distinguindo-se os dois grandes tipos de fontes de madeira ilegal:

1) Madeira ilegal extraída de áreas autorizadas: Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS); Projetos de Exploração Florestal (PEFs); Desmates Autorizados em empreendimentos com Licença de Instalação (DALIs); e

2) Madeira ilegal extraída em áreas não autorizadas: desmatamento ilegal e extração seletiva em áreas privadas, principalmente áreas não cadastradas no SIMLAM; exploração seletiva em Terras Indígenas; exploração seletiva em Assentamentos; e exploração seletiva em Unidades de Conservação.

Principais problemas ou desafios identificados	Propostas de soluções
Inventário amostral em PEFs e DALIs abre possibilidade de gerar créditos fictícios	<ul style="list-style-type: none">• Inventário 100% para os PEFs e DALI em áreas florestais• Em áreas de cerrado, pode continuar com inventário amostral, porém: i) com o crédito sendo emitido com base no relatório de exploração assinado pelo responsável técnico, não com base no inventário; ii) estipulando-se um teto de volume por hectare em função do tipo de vegetação; e iii) devendo-se melhorar a metodologia do inventário.
Indefinições e imprecisão do mapa de vegetação geram insegurança no processo de licenciamento ambiental e Autex	<ul style="list-style-type: none">• Finalização do novo mapa de vegetação em elaboração com apoio do IBGE, parte da base cartográfica do estado
Faltam instrumentos para monitoramento e controle dos extratores de toras	<ul style="list-style-type: none">• Implementar cadastro dos extratores de toras no CC-SEMA• Vincular esse cadastro à emissão de DVPF no Sisflora• Normatizar a responsabilização dos extratores de toras (especialmente apreensão e embargo) em caso de exploração ilegal/ sem cadastro

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar experimento piloto de rastreamento de Skidders em tempo real
<p>Lacunas no licenciamento, monitoramento, fiscalização e controle das serrarias que operam na ilegalidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar no sistema a emissão de alertas para fiscalização de serrarias com base em inconsistências no transporte ou volumetria (detecção sistemática e automática) • Aprimorar o licenciamento de serrarias, incluindo critérios de viabilidade econômica considerando a existência próxima de fontes sustentáveis de madeira de origem legal
<p>O monitoramento da exploração florestal por sensoriamento remoto ainda é muito pouco utilizado para alertar sobre possíveis fontes de geração de créditos fictícios, identificar áreas de exploração ilegal e orientar a fiscalização em campo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar avaliação sistemática e periódica dos PMFS usando o monitoramento por sensoriamento remoto • Realizar mapeamento periódico da exploração florestal em áreas não autorizadas • Para isso, estreitar a parceria com Imazon: <ul style="list-style-type: none"> i) fornecimento das imagens NDFI; ii) capacitação da SEMA (Coordenadoria de Geotecnologias - CG); iii) inclusão do CIPEM na parceria para geração do boletim sobre Transparência do Manejo Florestal. • Também é necessário adequar a estrutura da CG, especialmente a equipe. • Unificar e padronizar o sistema de projeção e <i>Datum</i> (SIRGAS 2000) utilizado pelos diferentes sistemas
<p>Falta de acompanhamento dos PMFS pelos responsáveis técnicos e dificuldade em responsabilizar esses responsáveis técnicos por irregularidades na exploração ou na emissão de créditos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a liberação dos créditos (DVPF e GF) somente depois de validação da volumetria pós-exploração pelo responsável técnico • Efetivar o monitoramento sistemático dos PMFS e seus responsáveis técnicos usando os relatórios trimestrais – o que requer a disponibilização no sistema da ferramenta para submissão desses relatórios
<p>A capacidade de monitoramento em campo da SEMA está muito aquém da capacidade de gerar autorizações</p>	<p>Dimensionar a equipe e adequar a logística para viabilizar as vistorias de campo necessárias: vistoria prévia; uma vistoria no primeiro ano da exploração; uma vistoria a cada 24 meses.</p>

Grupo 2 - Operação e Gestão do sistema de informações

O encaminhamento principal do grupo foi a proposta de criação de um fórum permanente no estado do Mato Grosso para discutir e apontar soluções de aprimoramento da gestão florestal

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

com base nas instituições participantes do seminário, acrescentando-se os Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Além disso, o grupo elaborou uma série de propostas específicas para resolver problemas de operação e gestão do Sisflora, conforme segue.

Principais problemas ou desafios identificados	Propostas de soluções
<p>Sisflora e Simlam não estão totalmente integrados e Simlam não permite que algumas autorizações apareçam no Sisflora. Nestes casos a emissão de autorizações é feita manualmente e elas não são registradas no Simlam. A Polícia Federal tem preocupação sobre a não transparência de tais autorizações. Além disso o Simlam começou há pouco tempo (2007) e às vezes fica fora de operação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão criada para a gestão de sistema deve priorizar e consolidar a integração entre Simlam e Sisflora • SEMA deve dar transparência sobre o “estado da arte” dessa integração e suas metas para ela se completar • Disponibilizar para consulta todos os documentos emitidos de forma manual (que não aparecem no Simlam) bem como os cancelados
<p>Índice genérico de conversão de madeira em tora para madeira serrada/ laminada é utilizado para fraudes. O índice foi modificado, mas ainda existem irregularidades. Além disso a baixa de GF leva muito tempo, as vezes até meses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a rastreabilidade das toras: a GF deveria conter os números das árvores que vêm do inventário, que originaram aquela madeira transportada. Dessa forma a GF seria uma cópia do romaneio, e o volume de madeira serrada seria conectado com o volume individual da árvore. Demandaria mudar o sistema e este seria o Sisflora 2.0. Isso solucionaria outros problemas, como por exemplo a segurança de trabalho ao responsáveis técnicos • PEF também deve ter esse controle e inventario 100% • Outros estados deveriam implementar este sistema também
<p>Dados do DETRAN às vezes apresentam problema; o sistema cai muito em MT. Existem casos de GF com distância excessiva e transporte “ilógico” de toras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar prazos para a solução do problema e integração DETRAN-SEMA • SEMA criar sistema de envio de alertas para monitoramento próprio e para órgãos competentes quando identificarem inconsistências em trajetos, placas e veículos de transporte
<p>Qualidade do controle em outros estados não está no mesmo nível de MT, gerando concorrência desleal; exemplo: SIAM só coleta dados de bloqueio de fornecedor no DOF e não coleta de desbloqueio da empresa ou pessoa física</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA aprimorar a integração Sisflora-DOF para evitar problemas em outros estados • IBAMA aprimorar DOF com outros sistemas • Cadastrar órgãos públicos de outros estados no Sisflora-Auditoria, facilitando o acesso e resolução de problemas
<p>Internet fraca em parte do estado; Sisflora cai quando se está preenchendo a GF e o processo deve ser reiniciado novamente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA desenvolver módulo rascunho que salvar etapa por etapa do preenchimento da GF • Trabalhar para obter banda larga para todo estado

Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011

Grupo 3 - Transparência e integração dos sistemas Sisflora e DOF

Principais problemas ou desafios identificados	Propostas e soluções
<p>Falta de integração nas ofertas e aceites. As ofertas e aceites possuem rotinas e procedimentos diferentes nos diferentes sistemas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser adotada a mesma lógica por todos os sistemas. Ficou claro que não há problema na integração dos sistemas, o problema esta na adoção de procedimentos idênticos na rotina de oferta e aceite. A SEMA deve adotar a mesma rotina utilizada no DOF para evitar retrabalho e acabar com pátios virtuais.
<p>Na movimentação intra-estadual e localização de pátios e autorizações de exploração, não há visualização de informações específicas entre os usuários de diferentes sistemas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As informações já estão disponibilizadas no sistema, basta a criação das interfaces pelos especialistas em informação (TI) dos diferentes órgãos envolvidos com a supervisão da área técnica. Deve ser agendada reunião entre as áreas de TI para discussão e elaboração de cronograma para solução. Um mediador externo pode fazer o acompanhamento do cronograma e da reunião.
<p>Falta de rastreabilidade em todos os pontos da cadeia de custódia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A integração dos sistemas permitirá a rastreabilidade dos produtos e confiabilidade dos procedimentos e rotinas eletrônicas. Pode ser aproveitada a experiência de São Paulo na adoção do sistema "CAD Madeira" e integração com outros cadastros e sistemas.
<p>Falta de padronização de conceitos e nomenclaturas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O IBAMA deve publicar nova Instrução normativa para padronização de nomenclatura de espécies florestais conforme acordado em seminário de padronização de sistemas realizado em 2009 no IBAMA-Sede. • Estados devem seguir os procedimentos já acordados. • Deve ser aberta discussão no CONAMA para adoção dos procedimentos acordados usando instrumento mais apropriado.

4 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS GERAIS

O Diretor Executivo do CIPEM Álvaro Leite enfatizou novamente a missão de sua instituição em apoiar a gestão florestal do estado e o uso das florestas como alternativa de desenvolvimento econômico e de conservação.

O Coordenador Geral de Autorização de Uso da Flora e Florestas do IBAMA Carlos Fabiano agradeceu e parabenizou os organizadores do evento e reafirmou a intenção do IBAMA de trabalhar para sanar todas as pendências ainda existentes na integração de sistemas e nos demais problemas. Reforçou o comunicado da recriação do Comitê de avaliação do sistema DOF como um espaço para discussão e aprimoramento da gestão florestal nacional e do estado do Mato Grosso.

O Secretário Adjunto da SEMA Júlio Bachega anunciou a criação imediata de um fórum permanente de discussão e monitoramento da gestão florestal nos moldes do que foi o “Comitê de Acompanhamento da Gestão Florestal”, criado pelo Decreto estadual nº 6546 de outubro de 2005. Reafirmou a postura do governo do estado em trabalhar em sinergia com os demais órgãos e registrou a retomada do diálogo com o IBAMA para integração total dos sistemas.

O Coordenador Executivo do ICV Laurent Micol fechou o evento parabenizando todos os órgãos e profissionais que participaram e contribuíram para o sucesso e alto nível das discussões do Seminário e colocou sua instituição a disposição para contribuir no processo de aprimoramento da gestão florestal do estado.

5 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS DOS ORGANIZADORES

ICV

Qualidade e sustentabilidade de longo prazo do Manejo Florestal em Mato Grosso

O manejo de florestas tropicais para produção madeireira e de produtos não madeireiros é uma alternativa econômica ao desmatamento na Amazônia. Aliado a mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, pode garantir o desenvolvimento econômico junto com a conservação das florestas e de seus serviços.

Porém para isso acontecer, ele deve ser realizado com os mínimos impactos possíveis, com base na ciência e na tecnologia já disponíveis. O estado do Mato Grosso é o segundo maior produtor de madeira nativa Amazônica, mas a situação atual das práticas de manejo não garante essa posição em longo prazo. Além da persistência da exploração ilegal no estado, as pesquisas mostram dois fatos preocupantes: (i) a maior parte do manejo praticado no estado ainda é de qualidade insuficiente, gerando alto impacto para a vegetação remanescente e a biodiversidade; e (ii) a grande maioria (76%) dos planos de manejo são menores que 5 mil hectares e são explorados em ciclos de curto prazo (1-3 anos), não assegurando sustentabilidade de fornecimento às indústrias. Ambos os problemas colocam em xeque a sustentabilidade das florestas e do próprio setor. O governo estadual com apoio do governo federal e da academia e sociedade civil deveria lançar um amplo programa de melhoria da qualidade do manejo florestal no estado, além de buscar a erradicação da exploração ilegal de florestas.

A parcela do setor madeireiro mato-grossense que realmente trabalha legalizado e de forma diferenciada também tem papel importante nesse processo. Ela deve garantir aos seus clientes o alto padrão de suas operações aderindo progressivamente à certificação florestal. O sistema FSC, por exemplo, adota princípios e critérios reconhecidos internacionalmente para garantir a sustentabilidade dos recursos manejados e faz uso de auditorias independentes. As melhores práticas de manejo florestal e respeito aos trabalhadores na Amazônia podem ser vistas nas empresas certificadas.

O papel dos “Municípios Verdes” e o Programa de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável no Noroeste de MT

As iniciativas de “Municípios Verdes” podem servir de base para o desenvolvimento do programa sugerido acima. Nessas iniciativas, municípios firmem pactos pela busca da sustentabilidade, podendo incluir um compromisso de desmatamento zero, implementam sistemas de monitoramento ambiental (especialmente de suas florestas) e empreendem ações de incentivo à adoção de melhores práticas nos diferentes setores da economia.

Um piloto dessa abordagem está sendo desenvolvido no município de Cotriguaçu, na região Noroeste de MT, numa parceria entre a prefeitura municipal, o governo de estado, o ICV, a TNC e a ONF-I. A ONF-I, contando com o apoio técnico do Instituto Florestas Tropicais (IFT), coordena a implantação do Programa de Apoio ao Manejo Florestal, que visa promover o desenvolvimento, a transparência e a melhoria das práticas do manejo florestal no município. É um programa de adesão voluntária, onde os empreendedores florestais submetem seus PMFS a um monitoramento independente e se comprometem a uma agenda de melhoria de suas práticas de manejo, e em troca obtém um apoio e capacitação técnica para a elaboração e implementação de seus planos.

**Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011**

A participação no programa pode ser considerada uma pré-certificação, podendo ser valorizada também pelo mercado, e servirá de base à busca de pagamentos por serviços ambientais, por meio do mecanismo de REDD+.

Transparência e auditoria do sistema

O Simlam e o Sisflora geram e disponibilizam muitas informações para diferentes níveis de usuários, porém o formato em que essas informações é disponibilizado ainda não permite efetivamente o amplo acesso público a informações gerais sobre a gestão florestal estadual. Por exemplo: a página de Relatórios do site do Sisflora não tem informações; os relatórios disponíveis na guia da Gestão Florestal no site da SEMA não estão atualizados e/ou em alguns casos apresentam dados totais desde a implementação do sistema (2006), não permitindo analisar séries históricas; e as informações apresentadas no boletim anual Dados da Gestão Ambiental estão incompletas, faltando informações-chave como a área total (acumulada) de propriedades rurais cadastradas ou de PMFS licenciados, ou ainda a área e volumes de Autex e GF do período.

Para assegurar a transparência completa de informações da gestão florestal, é importante que essas informações sejam disponibilizadas de forma consolidada, em formato facilmente acessível e compreensível para a sociedade.

Outro fator importante para aprimorar a transparência da gestão é o processo de auditoria. Um sistema como o Sisflora/CC-Sema/Simlam requer a implantação de um grupo permanente de auditoria interna, dedicado exclusivamente à avaliação e verificação de processos tramitados e documentos emitidos na gestão florestal. Além disso, é importante a contratação periódica de auditorias externas e a ampla divulgação de seus resultados.

CIPEM

Marco para legitimação do uso da madeira legal

Como divisor de águas, o Seminário sobre Monitoramento e Controle Florestal em Mato Grosso proporcionou uma sintetização de ideias, com foco no monitoramento do setor madeireiro para legitimar a madeira nativa, proveniente de manejo florestal sustentável, desmistificar a ilegalidade pela qual o setor de base florestal é rotulado.

Fortaleceu as ferramentas – SISFLORA (SEMA) e DOF (IBAMA) – e a integração de dados, bem como pela primeira vez, reuniu toda a sociedade representativa – setor produtivo, setor industrial, mercado, terceiro setor e órgãos de fiscalização para discutir a legalidade da madeira, matéria prima renovável.

Foram propostos neste encontro mecanismos de proteção das florestas, que devem ser potencializados e servem de sugestão com o manejo florestal - fonte econômica, ambiental e social nos municípios que dependem da madeira. O estado de Mato Grosso tem uma média de 200 manejos aprovados ano, com controle do SIMLAM – sistema de imagem e monitoramento – e por terra, podendo ser facilmente controlado, com quantidade pequena de fiscais, obtendo controle absoluto da atividade, desde que este seja realizado na origem – na extração, diretamente no campo, na propriedade onde esta sendo executado o plano de manejo florestal – dando obrigatoriedade ao uso de identificação oficial nas toras até o beneficiamento e posterior na cadeia de custódia – sugerindo-se o uso de plaquetas, chip ou cinta.

***Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011***

O Estado de Mato Grosso hoje já oferece mecanismos rígidos de controle, acima das exigentes certificações internacionais, sendo o próprio agente fiscalizador, podendo este ser em tese, em consonância com o mercado, o órgão certificador da origem da cadeia de custódia, legalidade e cumprimento das normativas ambientais e sociais, dando segurança ao consumidor que o produto é oriundo de plano de manejo florestal sustentável e que a floresta não será devastada pelo desmatamento ilegal.

O CIPEM tem expectativa que este encontro possa se realizar com constância, que o relatório extraído deste dois dias de discussão proporcione aos órgãos respostas para que as atividades possam ser aprimoradas, fortalecendo, a partir do estado de Mato Grosso, a competitividade do setor de base florestal brasileiro, sendo destaque para mundo, e tornando-se efetivamente e reconhecidamente o único país a ter controle total do seu patrimônio ambiental.

6 ANEXOS

6.1 Siglas

CC-SEMA - Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais

DOF - Documento de Origem Florestal, termo que denomina o Sistema Federal de controle de produtos e sub-produtos florestais e o documento de transporte obrigatório de produtos e sub-produtos florestais de origem nativa

CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso

DVPPF - Declaração de Venda de Produtos Florestais

GF - Guia Florestal, documento obrigatório de transporte de produtos e sub-produtos florestais de origem nativa utilizado pelo estado do Mato Grosso

NDFI - Índice Normalizado de Diferença de Fração (utilizado em Imagens de satélite)

PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentável

REDD+ - Redução das Emissões de gases de efeito estufa oriundas do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal

SEMA-MT - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso

SIAM - Sistema Integrado de Informação Ambiental

SIMLAM – Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental

SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SISFLORA - Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais

SISPROF - Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais

SIMLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental

**Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011**

6.2 Lista de participantes

ENTIDADE	Representante convidado	E-MAIL
ABIN	Fábio Cerávolo	fabiooliveira@abin.gov.br
AMEF	Sandra Susi	
AMEF	Ledequias Fernandes	ledequias@biofloraambiental.com.br
AMEF	Amilcar José da Costa	ajc442@hotmail.com
AMEF	Joselito Antunes	engflorestalantunes@gmail.com
BNDES	Guilherme Martins	guilherme.martins@bndes.gov.br
BNDES	Martin Ingouville	martin.ingouville@bndes.gov.br
CIPEM	Álvaro Leite	alvaro@cipem.org.br
CIPEM	Vanderlei Nunes	vanderlei@smmadeiras.com.br
CIPEM	Silvia Fernandes	silvia@cipem.org.br
CIPEM	Ramiro Azambuja	ramiro@cipem.org.br
CIPEM	Guilherme da Silva	guilhermeflorestal@hotmail.com
CIPEM	Vanderlei Chrusczak	vanderlei@quavira.com.br
DPF - Polícia Federal	Antônio Neto	antonio.aorn@dpf.gov.br
DPF - Polícia Federal	Wilson Rodrigues	wilson.rfilho@dpf.gov.br
DPF - Polícia Federal	Luiz Claudio	luizclaudio.lcma@dpf.gov.br
DPF - Polícia Federal	Danilo	danilo.dccp@dpf.gov.br
DPRF - Polícia Rodoviária Federal	Adão da Guia	adao.daguia@dprt.gov.br
FGV/CES	Malu Villela	malu.villela@fqv.br
FIEMT	Bruno Mees	ambiente@fiemt.com.br
Fórum Florestal das Atividades de Base Florestal	Fernando Castanheira	castanheira@forumflorestal.org.br
Greenpeace	Pablo Pacheco	pablopac@gmail.com
IBAMA - MT	Ramiro Martins Costa	ramiro.costa@IBAMA.gov.br
IBAMA Procuradoria	Alessandro Amaral	alessandro.amaral@agu.gov.br
IBAMA - DF	Carlos Fabiano Rozindo Cardoso	carlos-fabiano.cardoso@IBAMA.gov.br
ICV	Alice Thuault	alice@icv.org.br
ICV	Edilene Amaral	edilene.fernandes@icv.org.br
ICV	Laurent Micol	laurent.micol@icv.org.br
ICV	Sérgio Guimarães	sergio.guimaraes@icv.org.br
ICV	João Andrade	joao.andrade@icv.org.br
ICV	Gustavo Nascimento	gustavo.nascimento@icv.org.br
ICV	Marcelo Marquesini (consultor)	marcelomarquesini@gmail.com
Imazon	André Monteiro	andreluiz@imazon.org.br
MPF - MT	Raiana Quirino	raianags@prmt.mpf.gov.br
ONF Brasil	Cleide Arruda	cleide@onfbrasil.com.br
ONFI	Marion Chesnes	marion.chesnes@onf.fr

**Seminário: Sistema de Monitoramento e Controle Florestal de Mato Grosso: desafios e soluções
Cuiabá – MT, 06-07 de junho de 2011**

ENTIDADE	Representante convidado	E-MAIL
Polícia Ambiental SP	Marcos Diniz	marcosdiniz@policiamilitar.sp.gov.br
SBT	Robson Fraga	rfraga104@hotmail.com
SEMA - MT	Alexander Torres Maia	maia@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Júlio César Bachega	juliobachega@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Kanassa Gomes Avila	kanassaavila@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Laidi de Lima	laidilima@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Heverton Moraes	heverton@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Paulo Renó	pauloreno@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Elias Borges Nogueira	bnelias@pop.com.br
SEMA - MT	Vinicius Alves Santos	viniciussantos.adv@terra.com.br
SEMA - MT	Suely Bertoldi	suelybertoldi@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Paulo Serbija Filho	pauloserbija@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Ana Paula A. Gondim	paulinhagondim@hotmail.com
SEMA - MT	Duda Torres	comunicacao@sema.mt.gov.br
SEMA - MT	Lisandro de Souza	lisandroneto@sema.mt.gov.br
SEMA - MT	Jean Carlos	jeancarfloresta@hotmail.com
SEMA - MT	Veridiana B. de Albues	verialbues@yahoo.com.br
SEMA - MT	Silvana Moura	silvanamouraalves@SEMA.mt.gov.br
SEMA - MT	Roberto Passos	roberto_florestal@hotmail.com
SEMA - MT	Ledinei Campos	ledinei@gmail.com
Tecnomapas	Thyago Kaiser	thyago.benevides@tecnomapas.com.br
Tecnomapas	Emilio Soares	emilio.soares@tecnomapas.com.br
UFMT	Wagner Fellipe A. Gimenes	wagner-gimenes@hotmail.com
	Vitor A. Gimenes	vitor-mt@hotmail.com